



# Clipping Nacional

de

# EDUCAÇÃO

Brasília, 19 de Setembro de 2019

## **Para Veneziano, Future-se enfraquece universidades federais**

Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB) criticou ontem em Plenário o Programa Future-se, lan-



çado pelo governo federal, que abre a possibilidade de as universidades públicas captarem recursos privados por meio de contratos com organizações sociais sem a necessidade de chamada pública.

— Nós não podemos conceber, não podemos concordar, não podemos aquiescer com essa linha de pensamento. Esta é a disposição do governo federal: enfraquecer, fragilizar essas entidades.

## Ipea prevê corte de verba ainda maior na ciência

*Até julho, ministério só tinha executado 27% ou R\$ 3,7 bilhões do orçamento previsto para 2019*

Por Gabriel Vasconcelos — Do Rio

O governo federal caminha para cortar mais em ciência e tecnologia do que em qualquer outra área com orçamento relevante em 2019. A conclusão é de pesquisadores do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), que publicaram uma análise das contas do Ministério de Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) entre 2000 e 2019. Segundo o Ipea, até julho, a pasta só tinha executado 27% ou R\$ 3,7 bilhões do orçamento previsto para 2019 (R\$ 13,6 bilhões) e tende a ser a mais afetada este ano pelos cortes do governo, ficando aquém da média histórica de 60% do orçamento empenhado.

O documento do Ipea vem em meio à crise no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), subordinado ao MCTIC, que ameaça o pagamento de bolsas de pesquisa a 84 mil cientistas brasileiros.

O ritmo de gastos do MCTIC nos sete primeiros meses do ano só esteve acima do verificado nos ministérios de Infraestrutura (26%), Minas e Energia (17%) e Turismo

(16%), que tem orçamento bem inferior, de R\$ 559 milhões. As duas primeiras pastas, no entanto, não têm volume de empenhos mensais fixo como o MCTIC, e estão mais propensas à chamada “dezeembrada”, tradicional liberação de recursos no fim do ano.

A economista do Ipea Fernanda de Negri afirma que, por essa razão, o MCTIC tende a ter o menor percentual liquidado na Esplanada dos Ministérios em 2019 em relação ao orçamento total previsto. “A execução do MCTIC é mais homogênea que a de outros ministérios, porque boa parte das verbas alimenta o CNPq, que tem sua maior rubrica nas bolsas, pagas mensalmente”, diz.

Ela diz, no texto, que o esforço para cumprir a meta deveria fiscal ser compartilhado por todos os ministérios, o que não ocorre, “sugerindo uma baixa prioridade da área [MCTIC] na execução do governo federal”. Até julho, a média de execução orçamentária da Esplanada é de 46%, 19 pontos percentuais maior que o do MCTIC.

O executado pelo MCTIC caiu de quase R\$ 11 bilhões em 2013 (auge da série) para R\$ 7,7 bilhões em 2018. E, se o ritmo atual de execução permanecer, a pasta executará cerca de R\$ 6 bilhões até o fim de 2019, queda superior a 45% desde 2013.

Para Fernanda, tamanha variação é especialmente preocupante porque o “esforço de construção de capacitações” em ciência e tecnologia é cumulativo e depende da estabilidade de recursos.

Como exemplo, ela cita o desenvolvimento do fármaco Captopril, utilizado no tratamento da hipertensão. Pesquisadores da USP identificaram o princípio ativo no veneno da cobra jararaca nos anos 1940, mas, só na década de 1980, uma segunda geração de cientistas conseguiu prolongar o efeito da substância no corpo humano, tornando viável a fabricação de um medicamento. “O ciclo de maturação de uma pesquisa consequente pode levar 40 anos. Isso requer estabilidade de recursos. Quando se corta dessa maneira, deixamos de formar cientistas e interrompemos processos de criação de conhecimento que terão dificuldade para serem retomados”, diz.

Soma-se à queda de empenhos o fato de que a parcela do orçamento efetivamente prevista para ciência e tecnologia regrediu ao nível de 2006. A classificação funcional das despesas da pasta mostra que os gastos com essa finalidade caíram de 63% em 2010 - auge da série - para apenas 36% do orçamento em 2019.

A perda de participação da ciência propriamente dita no orçamento, diz o Ipea, se deve ao





aumento das previsões para reserva de contingência (35%), previdência (14%) e encargos especiais (10%). A alta nos encargos é puxada pelo repasse de cerca de R\$ 1 bilhão para a participação da União na Telebrás - valor atribuído ao desenvolvimento e lançamento do satélite geoestacionário de defesa e comunicação estratégica e a implantação de uma infraestrutura de comunicação de dados.

O valor liquidado pelo CNPq caiu de R\$ 2,61 bilhões em 2013 para R\$ 1,29 bilhão em 2018 - e deve ser ainda menor em 2019. No início de setembro, o órgão esgotou toda a rubrica anual de bolsas, R\$ 784,7 milhões, e tenta aprovar, junto

ao Ministério da Economia, o remanejamento interno de R\$ 82 milhões para realizar os depósitos em outubro. Segundo o ministro da Ciência e Tecnologia, Marcos Pontes, para arcar com as bolsas até o fim do ano, será preciso crédito suplementar de R\$ 248 milhões, prometido pela equipe econômica para o fim do mês.

O MCTIC afirmou que tem atuado com o Ministério da Economia e o Congresso para maior disponibilidade de recursos e mantido “diálogo permanente” com os gestores de entidades vinculadas para otimizar seus orçamentos e minimizar o impacto nas atividades.

## **Brasil corre o risco de deixar jovens no ‘limbo’**

*As análises são de dois dos mais conhecidos especialistas em educação do Brasil: Ricardo Paes de Barros e Ricardo Henriques*

Por Hugo Passarelli — De São Paulo

Apesar das experiências exitosas em algumas redes municipais e estaduais, o Brasil tem dificuldades em documentar, difundir e criar incentivos para melhorar a educação pública em larga escala. E, em meio às aceleradas transformações tecnológicas em curso, o país corre o risco de ficar na “segunda divisão” do mundo, o que deixaria a nova população adulta brasileira em um “limbo”.

As análises são de dois dos mais conhecidos especialistas em educação do Brasil: Ricardo Paes de Barros, professor do Insper, economista-chefe do Instituto Ayrton Senna e coordenador da rede de pesquisadores do Instituto Unibanco; e Ricardo Henriques, superintendente-executivo do Instituto Unibanco.

“A nossa tendência é de tentar tornar a desigualdade invisível, em vez de tentar, a partir das práticas bem-sucedidas, melhorar as escolas com desempenho mais baixo”, afirma Paes de Barros. Também conhecido como PB, ele cita o exemplo do Chile, onde anualmente

é produzido um livro com 400 páginas listando o que fizeram as melhores escolas e como atingir resultados similares.

Para o professor do Insper, caberia ao governo federal, a partir de proposta semelhante, criar os incentivos financeiros para que essas mudanças ocorram.

Segundo ele, os professores e diretores brasileiros têm mais acesso a cursos de gestão do que seus pares da União Europeia, mas nossos profissionais sentem-se menos preparados. Em sua opinião, isso evidencia a baixa qualidade das práticas de gestão adotadas por aqui.

“Se gestão ganhou uma má fama, ou é porque alguém não está interessado no resultado, o que eu acredito que não seja o caso da maior parte dos gestores, ou os programas de gestão com os quais eles tiveram contato não eram bons”, afirma ele.

Conhecido defensor da vertente de que o Brasil já gasta muito com educação, Paes de Barros admite que, em relação ao gasto por aluno, ainda estamos aquém da maioria dos países. “Mas há vários países que gastam menos do que o Brasil e têm melhor desempenho do Programa Internacional de Avaliação de Alunos [Pisa, na sigla em inglês]. Então, me parece que não há nenhum país no mundo em que a falta de gestão esteja mais longe do ideal do que

aqui”, diz ele.

Para Ricardo Henriques, apesar dos avanços relevantes na educação pública, sobretudo nos últimos 30 anos, o Brasil não pode mais adiar a massificação do ensino de qualidade.

“A sociedade de conhecimento precisa de massificação do ensino com qualidade maior do que a gente está oferecendo. [Os países desenvolvidos] estão movendo a fronteira com mais velocidade do que a gente consegue acompanhar.”

Henriques defende a tese de que a má gestão é uma das culpadas pelo mau desempenho de nossos estudantes. Mas reconhece que o uso de ferramentas de acompanhamento para melhorar o dia a dia da escola e, portanto, a aprendizagem dos alunos não é a solução para tudo.

“Parte desse processo é dentro da escola, mas parte é da relação com as regionais e as secretarias. E outra é resultado da política nacional como um todo”, afirma. Nesse sentido, apesar da relativa autonomia das redes municipais e estaduais, movimentos erráticos do Ministério da Educação (MEC) podem dificultar o salto que o sistema educacional brasileiro precisa dar, avalia ele.

Um exemplo é o atraso na elaboração do edital dos livros





didáticos que deverão chegar às escolas em 2021, ano em que se pretendia colocar de pé a reforma do ensino médio em número significativo de escolas, enumera.

A revisão do Fundeb, principal mecanismo de financiamento à educação, é essencial para promover a virada no ensino, diz Henriques. Mas a falta de ação do MEC gera preocupação. “Não é natural que a [proposta para o novo Fundeb] tenha partido do Ministério da Economia. A discussão está muito lenta para uma lei que vence no ano que vem.”

## É preciso resolver atraso educacional e reduzir distância em relação à fronteira, diz Henriques

*Política educacional não é só necessária como precisa ser redefinida, diz superintendente-executivo do Instituto Unibanco*

Por Hugo Passarelli —  
De São Paulo

**Valor:** *O Brasil ficou parado na educação nos últimos 30 anos?*

Ricardo Henriques: Tivemos uma mudança muito relevante em acesso, o que é inquestionável, e também houve uma mudança importante em alfabetização. Atingimos ganhos de aprendizagem, que são mais intensos no fundamental. Mas é uma demonstração de que a escola pública tem resultados, para não ficar no discurso maniqueísta de que nada funciona.

**Valor:** *O que está muito aquém?*

Henriques: A sociedade de conhecimento precisa de massificação com qualidade maior do que a gente está. Os países desenvolvidos estão movendo a fronteira com mais velocidade do que conseguimos acompanhar. Então existe a possibilidade de entrarmos em um limbo do ponto de vista da nova população adulta



Ricardo Henriques: precisamos diminuir defasagem em relação a países ricos — Foto: Sílvia Zamboni/Valor

porque estamos com alta defasagem e a fronteira se movendo. Nós temos de dar conta do passivo que temos, nesse contexto de desigualdade, e ao mesmo tempo ir rapidamente para a nova fronteira - e essa distância aumenta enquanto a gente está conversando.

**Valor:** *E como fazer isso?*

Henriques: O ponto é o seguinte: a política educacional no sentido pleno é gerar igualdade de oportunidades. Ela não é só necessária como precisa ser redefinida. Não é só largada igual, que já não fazemos, o nosso desafio

é gerar igualdade de oportunidade ao longo do ciclo de 12 anos [do ensino fundamental ao médio]. É muito mais trabalhoso em termos de políticas educacionais do que várias das experiências que temos.

**Valor:** *A escola não resolve tudo?*

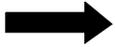
Henriques: A escola não resolve tudo, mas isso é função da escola. Uma escola não tem como resolver a escolaridade da mãe, que é um dos principais preditores do desempenho escolar. No entanto, a escola pode lidar com isso e trazer toda a escola a serviço desse

estudante, cada disciplina, cada professor. Portanto, para aqueles alunos que têm maior defasagem na largada, porque a escolaridade da mãe é menor, eu não vou resolver isso, mas lidar com ele e mitigar isso ao longo do ciclo. A educação para ser plena precisa de política social associada, em qualquer lugar do mundo é assim.

**Valor:** *E como fazer isso?*

Henriques: Na reunião do primeiro bimestre, o grupo de professores que tem uma turma de primeiro ano de ensino médio, por





exemplo, precisa olhar com muita nitidez se já aparecerem três ou quatro alunos com nota vermelha. Se eu não prestar atenção nisso, não der alguma gestão de consequência nisso, a única que vai acontecer é isso se repetir no segundo bimestre. E, assim, provavelmente metade deles vai evadindo ao longo do ano, e os que ficarem vão ser reprovados. Aqui é fundamental entender o que é gestão democrática, é um campo de participação compartilhada, totalmente orientada para os estudantes. Gestão democrática é isso, é capacidade de ter escuta. Se houver foco na ideia de que tenho um determinado número de alunos que já estão com um número determinado de notas vermelhas, tenho de conversar entre os pares, com os professores e coordenador.

**Valor: A lenta implementação do novo ensino médio é um dos limitadores para esse salto?**

Henriques: Lógico, a gente está atrasado, o ritmo está lento. Uma limitação forte é que ainda não saiu o edital do PNDL [Programa Nacional do Livro e do Material Didático] para o livro do ensino médio que supostamente deveria estar na escola em 2021. Eu lhe diria que é impossível, mesmo que o edital seja publicado em outubro, ter um livro para 2021 que efetivamente trabalhe por áreas de conhecimento de forma integrada, e não só uma justaposição de matérias. Já perdemos a janela de 2021 mesmo que o edital saia agora.

**Valor: E qual é a importância do livro didático nesse processo?**

Henriques: O PNLD condiciona a prova do Enem [Exame Nacional do Ensino Médio], por exemplo. Para que o rabo não abane mais o cachorro, preciso ter um base referencial [Base Nacional Comum Curricular, referência para os novos currículos]. Porque aí estruturo meus sistemas avaliativos, tanto a do Saeb [prova para estudantes da educação básica que forma a nota do Ideb] como a do Enem, em função da expectativa de aprendizagem que eu tenho. Hoje não é assim. Eu faço a prova e o professor ensina o que a prova está dizendo. Se eu disser “tenho que ensinar isso e a expectativa é que se aprenda isso”, eu faço a prova e o cachorro passa a abanar o rabo. Mas, se eu fizer tudo isso e não tiver material didático estruturado, concretamente é quase impossível.

**Valor: Além do livro didático, qual é o papel do MEC?**

Henriques: Isso é a mesma coisa com a política nacional. Se o MEC dá uma diretriz errática, fica muito mais difícil fazer. É óbvio que as autonomias das esferas fazem uma certa proteção. Agora, o ideal é ter essa dinâmica mais harmônica, entre níveis, com todos sintonizados com o desenvolvimento pleno do estudante.

**Valor: Há sinais de melhora?**

Henriques: Há sinais nessa direção em Ceará, Espírito Santo e Piauí. Parece que Minas Gerais também tem. Se a gente entender isso e começar a praticar, o movimento lá para frente e que vai permitir a dar saltos mais rápidos é

um movimento que começa a mudar cultura. Se a gente captar um movimento de cultura numa rede ou escola, temos de começar a fazer trocas virtuosas entre elas. A mudança de chave que a gente não fez nos anos 1970, e que também não fez após a Constituição de 1988, apesar de todas as melhoras, é sobretudo uma mudança de cultura.

**Valor: O sr. pode explicar um pouco melhor isso?**

Henriques: Isso envolve o campo da gestão, que não resolve tudo, e também as práticas pedagógicas. Mas tem, sobretudo, relação com o princípio de ter altas expectativas e garantir equidade numa sociedade que não tem hábito de falar com todos. É preciso falar para todos em uma sociedade que pôde fazer o arranjo perverso do milagre econômico, que foi: “eu vivo com 30% da população [bem educada]”. Na sociedade do conhecimento, esse projeto não só do ponto de vista moral e de valores de cidadania, mas do ponto de vista da funcionalidade não fica mais de pé. Se o Brasil não fizer essa mudança de cultura, vai ficar na segunda liga do mundo. Não vamos disputar a sociedade do conhecimento, vamos abandonar o desafio e disputar outra coisa.

**Valor: A renovação do Fundeb preocupa? A proposta veio da Economia, e não do MEC...**

Henriques: Não é natural que a [proposta do novo Fundeb] tenha partido do Ministério da Economia. Além disso, a discussão está muito lenta para uma lei que vence no ano que vem.

## País tem enorme dificuldade de copiar boas práticas de ensino, afirma Paes de Barros

*Para especialista, Brasil poderia se inspirar em modelo chileno*

Por Hugo Passarelli —  
De São Paulo

Valor: O sr. fala muito em melhorar a gestão das escolas, mas esse termo não ganhou uma carga negativa, porque parece que minimiza a falta de verba para educação no país? O sr. concorda com isso?

Ricardo Paes de Barros: Se por definição gestão é aquilo que lhe permite, dados os recursos escassos que todos temos, alcançar o melhor resultado possível, se o seu objetivo é esse, você tem de adorar gestão. Se gestão ganhou má fama, ou é porque alguém não está interessado no resultado, o que não acredito, ou os programas de gestão com os quais ele teve contato não eram bons. Eram programas que criavam um monte de regra e no fim do dia você não convertia os seus recursos em melhores resultados.

**Valor: Mas o trabalho dos diretores já é basicamente gestão, não?**

Paes de Barros: Tem um problema nisso porque, segundo o resultado da Talis [Pesquisa



Ricardo Paes de Barros: "Mais importante que gastar mais é gastar melhor" — Foto: Sílvia Zamboni/Valor

Internacional sobre Ensino e Aprendizagem, da OCDE], no Brasil os educadores têm mais formação em gestão do que na União Europeia. Aqui, 25% tiveram curso de gestão no último ano, e, na UE, 10%. O outro lado dessa história é que, apesar da formação, 70% dos gestores brasileiros se sentem despreparados para lidar com gestão, enquanto na UE o percentual é de 30%.

**Valor: E como resolver isso?**

Paes de Barros: O que o Jovem de Futuro [programa do Instituto Unibanco para melhorar a gestão nas

escolas] ensina é a ter um plano, metas, executar e, principalmente, avaliar se está dando certo e ajustar as rotas. A dificuldade é que nem todos os diretores e professores estão acostumados a fazer isso, envolve a capacidade de identificar o problema e depois tem o repertório para lidar com isso.

**Valor: E por quê isso importa?**

Paes de Barros: Se o gestor se meter nos problemas cotidianos e imediatos, sem entender que aquele problema significa uma causa maior, de um problema maior, ele vai ficar louco. Ele tem de descer no chão da escola às vezes, mas não tentar resolver na hora, no varejo. Ele precisa pensar o que precisa fazer, daqui a um mês, para determinado problema não esteja acontecendo.

**Valor: E como isso atrapalha?**

Paes de Barros: O meu problema na escola é o seguinte: não existe uma boa escola em que os professores não tenham uma alta expectativa sobre os alunos. Alta expectativa é essencial para uma boa educação. O que podemos fazer sobre isso? O ideal é que o professor tivesse onde





pesquisar as melhores práticas.

**Valor:** *O problema de gestão se repete nas secretarias?*

Paes de Barros: Sim. Em qualquer lugar, você tem um risco de ser pautado pelo imediato, e em uma secretaria de educação mais do que em qualquer outro. Em certo sentido, isso gera uma dificuldade de se fazer a reflexão.

**Valor:** *A dificuldade de escalar os resultados está relacionada com essa divisão de tarefas?*

Paes de Barros: Obviamente que a gestão do sistema educacional brasileiro depende à beça de quanto a gente quer que ele seja mais ou menos centralizado, o que a gente gostaria que fosse padronizado, o que possível de ser definido localmente, mas isso é diferente da gestão local. O Brasil tem muitos casos locais de sucesso e muitos casos locais de insucesso e a razão para isso é uma enorme dificuldade de copiar.

**Valor:** *E o que pode ser feito?*

Paes de Barros: O Chile publica um livro de 400 páginas todo ano que é simplesmente o que o país aprendeu com as melhores escolas. Esse livro é divulgado para todas as escolas chilenas, já organizado por temas, como evasão, melhores práticas.

**Valor:** *A falta de um documento como esse gera quais problemas?*

Paes de Barros: Você não tem a melhor prática documentada, não

tem ela difundida e também não tem um incentivo. Mesmo que o tivesse, você precisa de assistência técnica para adaptar a prática. Ninguém vai copiar algo literalmente, você adapta ao contexto e, para, isso precisa de assistência técnica. O que o Ceará fez? Pegou uma escola com bom desempenho para dar assistência a outra, mas para isso você precisa ter atores capazes de fazer esse sistema.

**Valor:** *Documentamos bem a tragédia, é isso?*

Paes de Barros: A gente documenta bem a tragédia e sabe onde não tem tragédia, mas a gente não passa disso. Em certo sentido, a nossa tendência é de tentar tornar a desigualdade invisível, em vez de tentar, a partir das práticas bem-sucedidas, melhorar as escolas com desempenho mais baixo. Voltando ao caso do Chile, lá eles dividem as escolas em três grupos. Um deles é o das melhores escolas, que são abertas a investigação todo ano não para saber o que deu errado, mas sim o que fizeram de certo. Ao mesmo tempo, eles dão atendimento super vip às escolas que estão mal.

**Valor:** *Esse trabalho de disseminação de práticas caberia ao Ministério da Educação?*

Paes de Barros: Na verdade, qualquer um poderia fazer isso. Faz mais sentido para o Inep fazer isso, para as secretarias estaduais, mas até uma organização da sociedade civil poderia fazer isso. O que uma organização da sociedade civil não consegue fazer, e isso é um ponto central, é que não adianta ter o “livrinho” se não tiver o incentivo. Se não houver isso, não adianta ter o

repertório. E isso é função governamental, estatal. O governo federal gasta R\$ 360 bilhões por ano com educação, ele tem recurso para fazer uma coisa desse tipo.

**Valor:** *A sua opinião recorrente é que o problema da educação não é falta de recursos, é justamente melhor utilizar o que está disponível*

Paes de Barros: Que por definição é a gestão, por isso é importante. Se você pegar os dados do Pisa [avaliação internacional de estudantes] e pegar o gasto por aluno, corrigindo para o poder de compra, você vai perceber que o Brasil está 40, 50 pontos abaixo da nota alcançada por países que gastam a mesma coisa que o Brasil. E, se você pegar todos os países que fazem o Pisa, nenhum está tão distante assim dessa linha.

**Valor:** *Mas o nosso gasto por aluno é bastante inferior...*

Paes de Barros: É verdade que o Brasil é um dos países com menor gasto por aluno entre os que fazem Pisa. Mas há vários que gastam menos do que o Brasil e têm melhor desempenho. Nós gastamos relativamente pouco porque somos um país pobre, de classe média. Agora, não existe nenhum país no mundo que está mais longe da linha do que o Brasil. Então parece que não há nenhum país em que a falta de gestão, entendida como a capacidade de traduzir recursos em resultados, que esteja mais longe do que a ideal do que o Brasil. É por isso que defendo que, mais importante do que gastar mais, é gastar melhor.

## Escola pública tem foco em tecnologia nos EUA

*Design Tech High School recebe recursos do governo, mas também conta com apoio de empresas privadas como a Oracle*

Por João Luiz Rosa — De San Francisco

Com 16 anos de idade, Aiden e Jackson são os responsáveis pelo protótipo de um sistema que visa minimizar as consequências de uma ameaça que os adolescentes americanos conhecem muito bem: tiroteios nas escolas. De óculos e cabelo com topete, Aiden mostra, com o auxílio de uma maquete, como é possível fechar cortinas, travar portas e acender ou apagar luzes por meio de controles simples, a partir de um tablet. E a um quarto do preço dos sistemas existentes. Feito inteiramente com componentes encontrados nas prateleiras das lojas, o sistema sairia, hoje, por menos de US\$ 100 por classe, segundo cálculos da dupla.

Colegas de classe, os meninos não estão sozinhos na busca por soluções tecnológicas capazes de resolver problemas do dia a dia, sem gastar fortunas. Ellie, Kelley, Julia e Lian - com idades entre 15 e 18 anos - criaram um jogo para explicar a crianças com câncer como a doença se desenvolve e o que ocorre com o corpo durante a quimioterapia. Já o trio Kayla, Madeline e Kasvi, entre 14 e 15 anos, conceberam um dispositivo que dá direções por meio

de vibrações. Acoplado a uma mochila, o aparelhinho vibra para mostrar ao usuário quando virar à esquerda ou direita, seguir reto e outras instruções desse tipo. O objetivo é fazer com que a pessoa encontre o caminho certo sem ter de checar o mapa no celular a cada passo, evitando acidentes.

O ponto em comum entre esses projetos é que todos os alunos estudam na Design Tech High School, a d.tech, uma escola pública de ensino médio que fica em Redwood City, na Califórnia. As instalações da escola estão, literalmente, dentro dos limites do quartel-general da Oracle, a gigante americana de software, que está apresentando os projetos em seu evento anual, que termina nesta quinta-feira, em San Francisco. A cada trimestre, durante duas semanas, as disciplinas tradicionais são suspensas e os alunos mergulham no ensino de tecnologia.

A associação entre a Oracle e a d.tech mostra como o intercâmbio entre a iniciativa privada e o setor público pode render bons resultados na educação. A d.tech é o que nos Estados Unidos se chama de “charter school” - uma escola que recebe recursos do governo, mas opera de maneira semi-independente em relação ao sistema oficial de ensino e conta com apoio de patrocinadores. Quando há mais interessados em estudar do que

vagas, é acionado um sistema de sorteio. Entre 2017 e o ano passado, cerca de 3,2 milhões de americanos se matricularam nas “charter schools”, mas a estimativa é que mais 5 milhões teriam ido para essas escolas se pudessem. Na d.tech, 550 novos alunos entram a cada ano, por sorteio.

O envolvimento da Oracle começou em 2014 e se aprofundou rapidamente, a ponto de a empresa construir as instalações da escola em sua própria sede. De julho de 2014 a janeiro do ano passado, a companhia investiu cerca de US\$ 50 milhões no campus da d.tech, diz Colleen Cassidy, diretora executiva da Fundação Oracle para Educação, organização sem fins lucrativos criada pela empresa. Mais três escolas na Califórnia são apoiadas pela fundação e, em breve, uma escola no Texas vai se juntar ao grupo, totalizando cinco. Os alunos recebem aulas de programação, engenharia elétrica e “design thinking”, explica Colleen, um conjunto de disciplinas que ajuda a pensar na resolução de problemas.

O grupo de Juan, de 15 anos, criou um jogo para conscientizar as pessoas sobre o problema dos “sem teto”. A Califórnia é o Estado americano com mais pessoas nessa condição - quase 130 mil, segundo dados do ano passado. Nas ruas de San Francisco é fácil constatar como a questão se tornou grave, com





desabrigados a cada esquina. A população sem teto da cidade aumentou 17% neste ano, para cerca de 8 mil pessoas. Batizado de “Escolhas Difíceis”, o jogo mostra como famílias financeiramente vulneráveis acabam indo para a rua, mesmo tomando atitudes corretas. O jogo ficou pronto em duas semanas, com jornadas diárias de desenvolvimento de três a quatro horas, conta Juan.

Com esse apelo à empatia, comum a vários projetos, o ambiente na d.tech é muito melhor que na média das escolas de ensino médio dos Estados Unidos, concordam os alunos. Há uma competição especialmente feroz na Califórnia para obter as maiores notas e concorrer às melhores faculdades, dizem Aiden e Jackson, mas o cenário é bem diferente do que se vê nos filmes de “high school”, em que a discriminação é elemento dominante. “Na d.tech não existem chefes de torcida, atletas do time de futebol, nem armários escolares”, comenta Liam, sobre os lugares-comuns dos filmes de Hollywood.

No Brasil, a Oracle pretende

reforçar as ações para disseminar a tecnologia entre mais pessoas, principalmente jovens. “Temos 13 milhões de desempregados e 300 mil vagas abertas na área de tecnologia. As pessoas não ocupam esses empregos porque não conseguem. Não têm a formação necessária”, diz Rodrigo Galvão, presidente da Oracle no país. O plano é lançar, até o fim do ano, o programa Oracle Next Education, ou ONE, cuja meta é treinar 2 mil pessoas no primeiro ano, com apoio de parceiros. A empresa já tem outras alianças em funcionamento, com organizações como Gerando Falcões e Instituto Proa.

Na d.tech, o contato com a tecnologia fisgou muitos alunos, que pretendem fazer carreira na área. Depois da “high school”, Juan quer ir para a universidade estudar ciências da computação. Aiden e Jackson também. Os dois já escolheram até a escola em quem querem entrar: a Universidade Carnegie Mellon, na Pensilvânia, lar de 20 prêmios Nobel.

O jornalista viajou a convite da Oracle





## Incentivo à inovação

Projetos de estudantes da Design Tech High School

Projeto	O que é
Pitchimo	Conjunto de sensores que monitora movimentos de jogadores de beisebol para evitar contusões
Jornada de uma célula do câncer	O jogo acompanha uma célula cancerosa para desmistificar a doença entre crianças
Direções táteis	Dispositivo móvel que mostra direções por meio de vibrações
Branch	Sistema de internet das coisas que protege escolas em casos de invasão de atiradores
Escolhas Difíceis	O jogo aborda a questão dos sem-teto, por meio de decisões tomadas pelo jogador
Redd, o robô viajante	Chatbot que ajuda o turista a programar uma viagem a florestas da Califórnia
Flauta autolimpante	Dispositivo destinado a músicos que detecta e limpa as partes de uma flauta

## União calcula gasto de R\$ 855 bi caso novo Fundeb seja aprovado



Texto sob consulta. Nova proposta altera o Fundeb, principal fonte de financiamento da educação básica no país

Valor anularia economia com aprovação da reforma da Previdência, mas relatora prevê custo bem mais baixo, de R\$ 279 bilhões; texto prévio da proposta foi apresentado ontem na Câmara

MANOEL VENTURA E  
RENATA MARIZ  
sociedade@oglobo.com.br  
BRASÍLIA

O governo federal diz que pode ter uma despesa extra de R\$ 855 bilhões, em dez anos, com a proposta que muda o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), segundo cálculo

divulgado pelo Ministério da Economia. O relatório prévio da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) que trata do assunto foi apresentado ontem em Comissão Especial da Câmara.

A equipe econômica se diz preocupada com o andamento do projeto, diante do potencial explosivo que a PEC teria para as contas públicas. O aumento de gastos previsto na PEC e calculado pelo governo poderia praticamente anular a economia que será obtida com a reforma da Previdência, de R\$ 876 bilhões, também em dez anos. A reforma será votada no Senado na próxima semana.

A relatora da PEC, deputada Dorinha Rezende (DEM-TO), rebate os números do governo e

prevê um gasto bem menor, de R\$ 279 bilhões, de 2021 a 2031.

O texto prevê que a União deverá completar até 40% do Fundo. Atualmente, o governo federal complementa apenas 10% do Fundeb para ajudar estados que não alcançam o índice mínimo de investimento por aluno.

O fundo, cuja vigência acaba no fim do ano que vem, reúne impostos federais e estaduais. A partir desse montante, a União entra com a complementação, a ser distribuída a estados com menos recursos. Neste ano, o governo federal contribuirá com cerca de R\$ 14 bilhões.

### ‘DIFICULDADE DE COMPREENSÃO’

O Fundeb é a principal fonte de financiamento da educação básica brasileira e corresponde a 85% dos recursos utilizados para manter o gasto por aluno no país.

Os cálculos da área técnica do Ministério da Economia apontam para um aumento adicional nas despesas com o fundo de R\$ 469 bilhões entre 2021 e 2031. A esse valor seria somado o impacto da complementação de hoje, em R\$ 247 bilhões, no mesmo período.

Além disso, os cálculos do ministério já consideram o aumento da base do Fundo de Participação dos Municípios e de royalties, também previstos na PEC. Essa mudança teria um impacto extra de R\$ 138 bilhões nas contas federais. No fim, a fatura para a União seria de R\$ 855 bilhões.





A proposta do Ministério da Educação (MEC) prevê a complementação máxima de 15% em cinco anos. Esse também é o valor defendido pelo Ministério da Economia.

A relatora rebateu estimativa do governo, apresentando simulações feitas pela Consultoria da Câmara. Segundo os dados mostrados pela deputada, o aporte do governo federal teria incremento de R\$ 279,8 bilhões de 2021 a 2031, caso a proposta seja aprovada.

— Houve alguma dificuldade de registro, de compreensão, de calculadora, sei lá — afirmou a deputada.

O texto de Dorinha também vincula, na Constituição, a aplicação de 75% dos recursos de royalties do petróleo e outras explorações minerais na educação pública. Mas os cálculos da deputada não consideram a inclusão de receitas do petróleo. No entanto, o consultor

Claudio Tanno afirma que a exclusão não impacta na projeção e ressalta que o aumento da produção também levará a aumento de arrecadação para o governo.

A PEC prevê ainda que uma parte do ICMS recolhido pelos estados seja distribuído aos municípios conforme indicadores de melhoria na aprendizagem, considerando o nível socioeconômico dos alunos.

O deputado Bacelar (Podemos-BA) acusou a equipe econômica de fazer “terrorismo político” com projeções imprecisas.

— A gente quer tranquilizar a equipe econômica e pedir para que não enveredem pelo terrorismo político. Vamos conseguir uma proposta que seja a melhor para o Brasil.

O texto ainda está sob consulta. A deputada diz que deve ser apresentado em outubro.

## Governo diz que irá recompor orçamento do CNPq para pagar bolsas

O governo vai enviar um pedido de suplementação orçamentária ao Congresso de R\$ 250 milhões para garantir o pagamento das bolsas do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) até o fim do ano. Cerca de 80 mil bolsistas estão sem saber se receberão de novembro em diante. O anúncio foi feito pelo secretário-executivo do Ministério da Economia, Marcelo Guaranys, em audiência na Câmara, ontem.

O orçamento do CNPq, ligado ao Ministério da Ciência e Tecnologia, para o pagamento de bolsas foi aprovado no ano passado com um déficit de R\$ 330 milhões. O recurso autorizado só foi suficiente para pagar os incentivos até setembro (folha de agosto). No início deste mês, uma suplementação de R\$ 82 milhões foi assegurada pela equipe econômica, para cobrir os pagamentos que serão feitos em outubro. Mas ainda estão pendentes os recursos para novembro e dezembro.

Guaranys disse que os gastos do governo precisam ser ditados pelo ritmo de arrecadação, como é feito em diferentes países no mundo. Segundo ele, alocar recursos em ciência e tecnologia é “questão apartidária e muito importante para o crescimento do país”. O secretário defendeu a desvinculação de despesas para que o Congresso decida, ao votar o orçamento federal, onde deve ser aplicado o recurso do contribuinte.

Para o ano que vem, o recurso previsto para o CNPq para pagamento de bolsas é de pouco mais de R\$ 1 bilhão, apontado por Guaranys como suficiente para garantir a manutenção dos incentivos. No entanto, a rubrica para fomento à pesquisa, que incluiu gastos com insumos, equipamentos, laboratórios, caiu cerca de 87% na proposta orçamentária do governo para 2020, em relação ao aprovado este ano, ficando em menos de R\$ 20 milhões. (Renata Mariz)

## Muito mais que uma carteirinha

IAGO MONTALVÃO

*Ato do governo visa retaliar entidades estudantis*

O presidente Jair Bolsonaro (PSL) editou a medida provisória 895/2019, que cria uma carteira estudantil emitida pelo MEC, obrigando estudantes e entidades a compartilharem seus dados com o poder público.

O ato não visa facilitar a vida do usuário ou aprimorar a meia-entrada: pretende retaliar e perseguir as entidades estudantis, como foi dito pelo presidente. Elas organizaram as maiores manifestações contra a tragédia das políticas educacionais e os cortes na educação e na ciência.

A proposta é arbitrária e surge sem debate, como tem sido o modus operandi em casos similares. Também através de MP, o governo tentou dificultar a arrecadação da contribuição sindical e acabar com a publicação de editais de licitações em jornais. Não é só: Bolsonaro atacou Legislativo, Judiciário e entidades como OAB e CNBB; fez intervenções em universidades e em órgãos de Estado, como o Inpe; alvejou as ONGs e criticou até mesmo a ONU. O conflito

institucional e a submissão a quem não se dobra configuram método para o poder sem freios.

As medidas têm o mesmo objetivo: governar driblando o debate público e o Congresso, atacar a liberdade de associação e calar a liberdade de imprensa através da asfixia financeira. A escalada autoritária já não é ensaio, é uma realidade contra a qual os democratas devem se unir.

Por isso, causa espanto que esta Folha tenha aplaudido o ato, quando é bem diferente o posicionamento da ANJ em relação à MP da publicação de editais. “A Associação Nacional de Jornais considera que a edição da MP 896, ao atingir financeiramente os jornais, é mais uma iniciativa do governo para enfraquecer a atividade jornalística”, criticou a ANJ, corretamente.

Não temos problemas em debater a carteira e o financiamento do movimento. O documento do estudante é eficiente, lastreado na lei 12.933/2013, elaborada após dez anos de debate. É falacioso o argumento de monopólio das entidades nacionais, pois milhares de entidades de base são habilitadas a

emiti-lo diretamente.

É ilustrativo disso que a UNE (União Nacional dos Estudantes) tenha confeccionado, em média, 150 mil carteiras anuais, desde a sua aprovação, diante do universo de milhões de universitários. A lei já prevê a gratuidade para os estudantes de baixa renda, e a carteira é emitida sem cobrança.

O financiamento das entidades é um falso debate. É inacreditável que, diante da grave crise que o país vive, do colapso que atinge institutos e universidades federais em virtude dos cortes orçamentários, do cancelamento de milhares de bolsas, da asfixia da Capes e do CNPq, o governo gaste energia e recursos com uma burocracia para cuidar da carteira de estudante.

O país é maior que Jair Bolsonaro e seus intentos obscuros. A escalada do autoritarismo não irá prosperar, pois tem a repulsa da sociedade e das instituições da República.

Mas já passa da hora dos democratas darem as mãos e, juntos, lutarem pelas garantias constitucionais, pois, quando um direito é ferido, todos somos





afetados. Nesse sentido, é muito mais que uma carteirinha.

Iago Montalvão

Presidente da UNE (União Nacional dos Estudantes) e estudante de Economia da FEA-USP (Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade)

#### TENDÊNCIAS / DEBATES

Os artigos publicados com assinatura não traduzem a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo.

## Em grupos de debate, alunos aprendem a falar em público

Angela Pinho  
SÃO PAULO

"Quem vê a gente escolher o sabor da pizza às vezes se assusta", diz Matheus Franciscão, 21. Estudante de economia da USP, ele integra um grupo da universidade criado para ajudar os alunos a desenvolver técnicas de debate.

O repertório de argumentos e estratégias dos integrantes é tão grande que se manifesta até em decisões prosaicas como o que comer. Mas que ninguém se assuste: não é briga. Confrontar ideias é o que eles mais gostam de fazer.

Comuns nos Estados Unidos e no Reino Unido, grupos de debate têm se disseminado no ensino superior brasileiro.

De 2010 até hoje, ao menos 19 surgiram em universidades de 14 estados, conta Renato Ribeiro, fundador do Instituto Brasileiro de Debates (IBD).

O mais antigo é o da UFC (Universidade Federal do Ceará). Há ainda outros em instituições como a UFMG (federal de Minas), UFRJ (Rio de Janeiro) e UFSC (Santa Catarina).

Na capital paulista, o projeto USP Debates surgiu em 2014 por iniciativa de alunos, para troca de ideias. Há dois anos, o grupo começou a participar de competições na área e já tem alguns campeões.

Para desenvolver argumentação e oratória, os alunos se encontram duas vezes por semana. O modelo utilizado por eles, um dos mais usados nos campeonatos acadêmicos, é o chamado Parlamento Britânico.

Nele, as regras são inspiradas nos acirrados embates verbais que ocorrem semanalmente na Câmara dos Comuns.

Um tema é colocado, e os alunos

são sorteados para defender uma ou outra posição—independentemente de ser aquela em que eles acreditam.

O treinamento inclui técnicas de oratória e o estudo de assuntos relevantes que podem vir a ser discutidos. A qualidade da argumentação é mais importante do que a retórica, dizem os integrantes.

Além disso, o grupo leva o trabalho para escolas públicas e particulares interessadas em replicar a ideia.

As habilidades desenvolvidas nos encontros aparecem também na vida pessoal, conta Alice Bertoni, 21, aluna de relações internacionais. "Estamos acostumados a debater com lógica. Então, se eu digo para a minha mãe que quero fazer uma coisa, ela não pode simplesmente falar 'não pode porque eu não quero'", afirma.

Alice coleciona títulos como o do Mundial de Debates em Língua





Portuguesa, na categoria iniciados (que treinam há até um ano).

O meio, porém, ainda é predominantemente masculino, o que impõe desafios adicionais às participantes. "Se eu e um homem falamos a mesma coisa, às vezes sou percebida como agressiva, e ele, como assertivo", exemplifica. Negros e pessoas de baixa renda também são subrepresentados, diz.

Transportar o aprendizado do mundo dos debates para as outras instâncias da vida é um desafio, contam integrantes dos grupos. Nem todos estão no clima de discussão lógica, com argumentos e sem ataques ao interlocutor.

Uma oportunidade para aprender isso foram as eleições do ano passado. "O USP Debate era um dos poucos espaços que encontrava de diálogo com pessoas que pensavam diferente, em que era possível conversar com calma e argumentos pertinentes", diz Yasmin Fauze, 22, estudante de direito.

Para o fundador do IBD, a polarização é um atrativo para a área, porque é nos bastidores das sociedades de debates que as pessoas se sentem mais confortáveis para manifestar seus pontos de vista.

Indício importante disso, diz ele, é que, de 2017 para 2018, o número de duplas no campeonato nacional de debates saltou de 44 para 80.

"Em política é muito fácil perceber como, em geral, as pessoas são tão emocionalmente apegadas aos seus argumentos", diz Alice.

Ela menciona algo que parte de uma geração ainda mais nova também percebeu.

"Debate não é questão de ganhar ou perder. É ouvir a ideia do outro, expor a sua e aí ou mudar sua posição ou deixar ela ainda mais forte", diz Maria Victoria de Queiroz, 15.

Aluna da escola Móbile, na zona sul de São Paulo, ela fez uma disciplina optativa sobre conceito e prática de debates criada há dois anos no colégio por demanda dos alunos.

Entre os recursos que ela conta ter desenvolvido desde então estão o de anotar o que o interlocutor diz e o de fazer no papel um esquema dos conceitos que vai usar na sua argumentação.

Com isso, aqueles brancos que

às vezes davam quando Maria Victoria levantava a mão ficaram cada vez menos frequentes, relata.

A Móbile é uma das escolas paulistas que incorporou a expressão oral ao currículo. Além da disciplina optativa de debate, ela também oferece, há mais tempo, um curso para ajudar a preparar alunos do ensino médio para vestibulares que têm uma etapa oral, como os da FGV e do Insper.

"Ao longo dos anos, temos momentos de debate e apresentações na escola, mas, como a gente faz muitas redações, ficamos mais acostumados à escrita", diz o aluno Pedro Fuoco, 17.

"A expressão oral é fundamental para a profissão", diz Roberto Dias, coordenador da graduação de direito da FGV em São Paulo, uma das que têm o exame oral. Também por isso o curso tem buscado ampliar os momentos em que os estudantes tomam a palavra, inclusive na apresentação de eventos.

É importante lembrar, porém, que expressão oral não significa só falar bem. Envolve também escutar, diz Silvia Letícia de Andrade, coordenadora pedagógica do ensino médio da Castanheiras.





A escola trabalha com a oralidade ao longo do currículo e também em momentos específicos. Entre os aspectos abordados estão a preparação de roteiro de fala, escolha de vocabulário, entonação e volume de voz.

Em linha com a tradição britânica de debates, o colégio St. Paul's, no Jardim Paulistano, também trabalha com o tema. Entre as iniciativas está a constituição de grupos nos quais o professor ajuda os alunos a preparar um discurso sobre algum tema escolhido por eles. O do ensino médio existe há 12 anos. O de ensino fundamental surgiu há dois.

No Santa Maria, na zona sul, a capacidade argumentativa é exercitada em evento anual no qual são simulados eventos históricos. Participantes são convidados a representar países ou personagens históricos, defendendo seus interesses.

Outra iniciativa nesse sentido são

os debates no modelo da ONU, que acontecem em diversas escolas, como o próprio St. Paul's, o Dante Alighieri, nos Jardins, e o Santa Cruz, em Alto de Pinheiros.

O projeto também é realizado em algumas escolas públicas do estado e da prefeitura em parceria com o escritório do Ministério das Relações Exteriores em São Paulo.

Além da abordagem em projetos e disciplinas específicas, o aprimoramento de habilidades ligadas à fala, que ganhou um eixo próprio na BNCC (Base Nacional Comum Curricular), também é feito de forma transversal, ao longo das disciplinas, dizem as escolas.

"Entendemos a habilidade oral dentro de um contexto que envolve um trabalho de pesquisa e um contexto de formulação de perguntas interessantes", diz Marina Nunes, diretora de ensino médio do Santa Cruz.

» **Letras.** O ex-ministro Ricardo Vélez Rodríguez prepara livro sobre seus três meses à frente do MEC. Deve estar no mercado no início de 2020.

## Fundeb permanente pode tirar ganho com reforma da Previdência

*Fundo para Educação, que seria extinto em 2020, responde por 63% das verbas para ensinos médio e fundamental*

Eduardo Rodrigues Camila Turtelli/BRASÍLIA

A equipe econômica acompanha com apreensão a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 15 de 2015, que torna permanente e aumenta a participação da União no Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb). Pelas contas de técnicos do Ministério da Economia, a aprovação do texto pode aumentar o gasto do governo federal em mais de R\$ 855 bilhões em dez anos, anulando todo o esforço da reforma da Previdência.

Segundo fontes do ministério, o assunto dominou boa parte das reuniões da manhã de ontem do ministro Paulo Guedes. Interlocutores do ministro já classificam a proposta de “suicídio fiscal da República”.

À tarde, a relatora da PEC do Fundeb, a deputada Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM-TO), apresentou minuta do parecer. Ela defende tornar o fundo, que será



Discussão. Ministro Weintraub se reúne hoje com Guedes

extinto em 2020, permanente. Para isso, propõe que a parte financeira, que compete à União, cresça de forma escalonada num período de dez anos partindo de 15% até chegar a 40% no 11.º ano.

Segundo a deputada, o impacto, calculado por técnicos da Câmara, seria de R\$ 279 bilhões. “Hoje nós temos o fundo bancado 90% por Estados e municípios. A União coloca 10%, que são R\$ 14 bilhões. Os Estados redistribuem e complementam com R\$ 22 bilhões. Em nenhuma situação saltaríamos de R\$ 14 bilhões para em dez anos chegarmos em R\$ 800 bilhões (como calcula a equipe econômica)”.

O Fundeb foi criado em 2006. O mecanismo responde por mais de 63% das verbas hoje disponíveis para os níveis fundamental e médio, segundo o Ministério da Educação (MEC). É composto por recursos

das administrações municipais, estaduais e do Distrito Federal. Além disso, acrescentam-se a ele, hoje, 10% do total como contrapartida do governo federal para garantir que cada Estado e município cumpra um valor mínimo de gasto por aluno definido a cada ano pelo MEC.

No dia 10 de junho, o ministro da Educação, Abraham Weintraub, e o secretário executivo do MEC,

Antonio Paulo Vogel, apresentaram proposta a parlamentares favorável à renovação do Fundeb para além de 2020, inclusive com o aumento gradual da participação da União de 10% para 15%. Em nota, o Ministério da Educação reafirmou o que consta no ofício encaminhado à Câmara, defendendo o percentual de 15%. Hoje, Weintraub e Guedes se reúnem para discutir o assunto.

No pior cenário para as contas federais, os cálculos da área técnica da Economia apontam aumento nas despesas com o fundo de mais de R\$ 600 bilhões entre 2021 e 2031. Ou seja, enquanto o governo luta para economizar R\$ 870 bilhões com a reforma da Previdência que será votada no Senado, a equipe econômica considera que a aprovação da PEC do Fundeb pode retirar, numa só tacada, R\$ 855 bilhões desse impacto.

## Prêmio à inovação

A baiana Anna Luisa Beserra, de 21 anos, desenvolveu um dispositivo que purifica água por meio da radiação solar e conquistou o Prêmio Jovens Campeões da Terra, da Organização das Nações Unidas (ONU). É a primeira vez que uma brasileira recebe o prêmio, concedido anualmente a jovens ambientalistas entre 18 e 30 anos, por ideias inovadoras para o futuro do planeta.

A jovem cientista é uma das sete vencedoras, com representantes de África, América do Norte, América Latina e Caribe, Ásia e Pacífico, Europa e Ásia Ocidental. Todos receberão o prêmio durante a Cerimônia dos Campeões da Terra, em Nova York, em 26 de setembro, coincidindo com a reunião da 74ª Assembleia Geral da ONU e a Cúpula de Ação Climática. Anna Luisa ficou entre os 35 finalistas globais e concorreu na categoria América Latina e Caribe com outros quatro jovens.

O Aqualuz é um filtro inovador, que purifica a água da chuva coletada por cisternas instaladas em áreas rurais, onde a água filtrada não é acessível. Esta realidade afeta mais de 1 milhão de pessoas no Brasil. A água da cisterna é purificada por meio de raios solares. Um indicador muda de cor quando o recurso está seguro para o consumo. “Meu propósito é levar o direito básico à água limpa para as comunidades carentes nas áreas rurais”, afirmou Anna Luisa. “Queremos ajudar a melhorar a vida das pessoas e salvar vidas.”

A invenção é de baixo custo, fácil manutenção e pode durar até 20 anos. Embora tenha sido testado apenas no Brasil, o dispositivo tem potencial para ser aplicado em outros países. O Aqualuz já distribuiu água potável para 265 pessoas e alcançará mais 700 ainda este ano.

## HUB abre vagas para residência

A Universidade de Brasília (UnB) inicia seleção para residência no Hospital Universitário (HUB-UnB), vinculado à Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh). De acordo com os editais divulgados ontem, são oferecidas 114 vagas, sendo 87 para residência médica e 27 para a residência multiprofissional.

Os interessados têm até 27 de setembro para se inscrever no site do Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos (Cebraspe), organizador da seleção. As taxas são R\$ 575 para a área médica e R\$ 300 para a multiprofissional. O pagamento deve ser efetuado até 16 de outubro. A aplicação da prova objetiva está prevista para 3 de novembro.

Na modalidade de acesso direto de residência médica, a oferta é de 47 vagas em 14 especialidades médicas: anestesiologia, cirurgia geral, cirurgia geral com pré-requisito em área cirúrgica básica, dermatologia, infectologia, medicina de família e comunidade, obstetrícia e ginecologia, oftalmologia, patologia, pediatria, psiquiatria, radiologia e diagnóstico por imagem, radioterapia. A seleção consiste em prova objetiva, prova prática de habilidades clínicas e avaliação curricular.

Secom UnB/Divulgação - 2/7/18



HUB-UnB: 87 oportunidades em diversas especialidades médicas

Para as oportunidades que exigem pré-requisito, há 40 vagas distribuídas em 20 especialidades: cancerologia clínica, cardiologia, cirurgia do aparelho digestivo, coloproctologia, endocrinologia, endocrinologia pediátrica, endoscopia respiratória, gastroenterologia, gastroenterologia pediátrica, geriatria, hematologia e hemoterapia, mastologia, nefrologia, neonatologia, neurologia pediátrica, pneumologia, reumatologia, transplante renal – nefrologia, transplante renal, urologia. Os candidatos passam por prova escrita e avaliação curricular.

Para residência multiprofissional, são oferecidas 27 oportunidades em três programas: atenção básica, atenção oncológica e atenção cardiopulmonar. O edital contempla

as áreas profissionais de enfermagem, farmácia, nutrição, odontologia, saúde coletiva, fisioterapia, psicologia, serviço social e terapia ocupacional. Os candidatos realizarão apenas prova escrita.

### Permitida amamentação em provas

O presidente Jair Bolsonaro sancionou lei dando às mães candidatas em concursos públicos o direito de amamentar durante as provas. Para isso é preciso fazer prévia solicitação à instituição organizadora. Deferida a solicitação, a mãe deverá, no dia da prova ou da etapa avaliatória, indicar uma pessoa acompanhante que será a responsável pela guarda da criança durante o período necessário. A mãe poderá amamentar a cada duas horas em, por até 30 minutos, por filho. Durante o período de amamentação, a mãe será acompanhada por fiscal, e o tempo despendido na amamentação será compensado durante a realização da prova, em igual período. O direito previsto na nova lei, que entrará em vigor após decorridos 30 dias, deverá ser expresso no edital do concurso, que estabelecerá prazo para que a mãe manifeste seu interesse em exercê-lo.

## Entrevista / Ibaneis Rocha, governador “O nosso processo é de transformação”



" Quem tem de aprovar ou desaprovar (o modelo de escola militarizada) não são os professores, é a população. E ela está feliz com esse processo"

» ALEXANDRE DE PAULA  
» ANA MARIA CAMPOS

O aparelhamento da máquina pública e as velhas práticas enraizadas nas secretarias fizeram o governador Ibaneis Rocha (MDB) chegar ao ponto de acreditar que o Governo do Distrito Federal não tinha jeito. Novo na política, a pressa e a vontade de executar do emedebista esbarraram nos entraves cotidianos. Em entrevista concedida ao Correio em seu gabinete, no Palácio do Buriti, o governador garantiu, no entanto, que a sensação passou e que agora a gestão começou a entrar nos trilhos.

“Entramos em outro ritmo. Os secretários pegaram bem qual é o espírito do governo”, assegurou.

Na conversa, o governador defendeu o projeto de militarização de escolas na capital e afirmou que não tem dúvidas de que a população aprova o modelo, questionado por alguns colégios e pelo Sindicato dos Professores. “Eu fui eleito para entregar alguma coisa melhor do que o passado entregou”, disse.

Para o emedebista, a segurança pública é um dos setores em que o governo deu certo. Os índices de criminalidade, observa, diminuíram, e o governo trabalha em busca de caminhos para tratar a questão do

feminicídio. Em contrapartida, desenvolvimento social e educação são as áreas que mais precisam de evolução, na visão dele.

Ibaneis também comentou a polêmica com o Tribunal de Contas da União (TCU). Decisões do órgão de controle impuseram impacto severo ao orçamento do Distrito Federal. Em reação, Ibaneis fez declarações duras contra ministros da Corte e recorreu ao Supremo Tribunal Federal (STF).

Frisando que busca apoio do governo federal para diversos projetos do DF, o chefe do Buriti comentou o comportamento do presidente Jair Bolsonaro (PSL). O emedebista não concorda com todos os posicionamentos dele, mas elogia a autenticidade. “Ele não está traíndo o eleitor”, avaliou.

Advogado, Ibaneis fez também críticas à atuação da Operação Lava-Jato: “Ela precisa ser corrigida. Se não, o que poderia ser o maior exemplo da República no combate à corrupção pode se tornar o maior ato de perseguição política da história do Brasil”, afirmou.

***O MP, junto ao TCU, questionou o uso de policiais nas escolas militarizadas. Como o senhor viu isso?***

Eu resolvo isso já.





### ***Na Justiça?***

Não. Eu estou fazendo o que tenho de fazer: política. Estou trabalhando na Presidência da República, com quem tem interesse de que as coisas funcionem.

### ***Transformou-se num projeto nacional, né?***

Claro. Se eles querem impedir, por que não fazer a representação contra a União, que botou todos os governadores para aderir ao projeto? Essa turma com salário de R\$ 40 mil, que não pensa no país, tinha que, primeiro, olhar a necessidade das pessoas.

### ***Existe uma aceitação muito grande do projeto das escolas militarizadas. O que aconteceu nas duas escolas que rejeitaram o modelo?***

No que diz respeito às escolas, o primeiro erro foi do ex-secretário (Rafael Parente) de querer tratar educação com muita democracia. Algumas coisas têm de ser determinação de governo. Eu fui eleito para entregar alguma coisa melhor do que o passado entregou. Então, eu não tenho dúvida de que a política está correta e de que a população aprova. Quem tem de aprovar ou desaprovar não são os professores, é a população. E ela está feliz com esse processo. Os resultados naqueles locais em que existe há mais tempo são muito positivos, e, no Distrito Federal, nós vamos mostrar que também são. O que temos de deixar com muita clareza é que é um modelo. Ele não precisa ser implementado em todas as escolas. Agora, eu estudei em escola que não era militarizada, mas você chegava, cantava o Hino

Nacional, vestia o uniforme, tinha obrigação de estar com uniforme limpo. Hoje, perdeu-se esse sentimento de que você tem de fazer as coisas corretas, inclusive dentro das escolas. Coloquei o projeto de criar 40 escolas assim até o fim do governo. Quero dar para as crianças uma oportunidade diferente.

### ***Haverá gestão compartilhada com a Justiça também?***

A nossa ideia é que a Justiça também possa ajudar nisso. Nós temos um grande número de magistrados e servidores dos tribunais, de membros do Ministério Público que têm altíssima capacitação, não estão mais na ativa e gostariam de voltar mesmo que por um salário menor. Voltando à polícia, um policial civil ou militar se aposenta por volta dos 55 anos. O que uma pessoa dessa, que tem expectativa de vida de 75 anos, segundo as pesquisas, vai fazer? Então, esse é um projeto que tem como usar essa mão de obra qualificadíssima para servir à sociedade. Quero trabalhar com isso não só nas escolas. Vamos levar para a área administrativa de delegacias e quartéis para colocar mais policiais da ativa nas ruas, além de fazer com bombeiros, agentes penitenciários, professores e na saúde. É um projeto que tem de ser expandido. Vamos diminuir, nesse momento de crise, nosso gasto com contratações e trazer mão de obra qualificada a um custo menor.

### ***O orçamento de 2020 prevê menos gastos com pessoal.***

#### ***Como isso será feito?***

A ideia é exatamente essa. Nós temos de criar iniciativas e soluções. Conversei com um representante do

Ministério da Economia, e nós vamos disponibilizar mais serviços pela internet, vamos nos integrar com o projeto que existe no governo federal. Nós vamos enxugar a máquina com tecnologia. Então, o nosso processo agora é de transformação. A maioria dos serviços que estão no balcão poderiam ser feitos pela internet. Com isso, reduz-se muito os gastos com terceirizados, com servidores e incentiva-se as áreas meio e nas áreas fim que são as mais importantes para a população.

### ***Isso deixa o processo mais rápido também...***

Esse é o futuro: as pessoas resolverem as coisas pela internet. Tudo muito mais rápido e econômico. Assim, economiza-se com pessoal, com a máquina pública, com o custeio e, aí, você vai ter dinheiro para investir na ponta, que é aquilo o que realmente interessa.

### ***A proposta de investimento é ousada: R\$ 12 bilhões nos próximos três anos.***

Vai chegar a mais. Basta a gente ter uma resposta positiva, principalmente do empresariado. Hoje, o empresariado, por conta dessa incerteza mundial que se agrava com a crise do petróleo, ainda está um pouco reticente. Mas estive, por exemplo, no Noroeste e vi vários prédios sendo construídos. Coisa que não se via havia muito tempo. Estão retomando as obras, as coisas estão voltando. Prova de que o empresariado, mesmo o mais tradicional do setor imobiliário, do setor de veículos, está voltando a investir. Passando essa instabilidade, acho que, virando o ano, vamos ter





muito desenvolvimento, muita arrecadação e condições de preparar o DF para crescer.

***Como está a discussão para editar uma medida provisória que mude a gestão dos aumentos para os servidores pagos pelo Fundo Constitucional?***

Eu tenho trabalhado muito com a minha assessoria, com o Anderson Torres (secretário de Segurança Pública), o André Clemente (secretário de Economia) e o Gustavo Rocha (secretário de Cidadania). Tenho dito para eles: “Vamos trabalhar junto com a Presidência da República”. Esse modelo que foi criado pelo Fundo Constitucional ficou no passado. Eles estão estudando com os técnicos da Presidência, do GDF e algumas pessoas do Ministério da Economia uma fórmula que garanta a aplicação correta do Fundo Constitucional para evitar os erros do passado. Nesse ponto, eu concordo com o Tribunal de Contas da União. Houve muitos erros. Eles só não precisavam querer que eu resolvesse tudo no início do meu governo (em referência a decisões do TCU sobre o Fundo Constitucional com impacto bilionário para os cofres do DF).

***Não é algo que dá para se resolver de uma vez...***

Até porque, antes mesmo dessas últimas decisões, tinha sido editado o decreto da Presidência para a discussão do Fundo Constitucional, e nós tínhamos indicado a nossa equipe para acompanhar. Então, foi um ato, na minha visão, até mesmo de desprestígio ao próprio presidente da República, que editou o decreto.

Eu sou muito explosivo e, com aquele sentimento de revolta, tenho certeza, até, que exagerei na reação que tive naquele momento, mas foi o exagero de alguém que nunca foi da política e chegou para resolver problemas e não encontrou nenhuma parceria.

***Depois, o senhor tratou desse assunto de maneira bem mais calma, bem mais contida.***

O Tribunal de Contas é um fato isolado, não trato mais. Deixa os procuradores tratarem.

***O senhor suspeita que exista alguma ação política na ação do Tribunal para impedir o sucesso do governo?***

Não do meu governo. São algumas vontades, algumas coisas pessoais. Eles são muito politizados. Eu acho até que o Tribunal deveria ser repensado. Com tantas indicações políticas, eles terminam tendo suas paixões. Hoje, sou defensor de uma revisão do TCU do ponto de vista das indicações.

***E como seria essa revisão?***

Eu penso que tem de se pensar num novo modelo, que privilegie a parte técnica. Talvez até indicações como funcionam nos tribunais superiores, nos TRFs, STJ, TST, com vagas destinadas a todos os setores. Você pega, por exemplo, a Ana Arraes, que era do PSB, e, por muito tempo, não deixou os procedimentos andarem porque o (Rodrigo) Rollemberg estava no governo. Para um Tribunal que deveria ser técnico, o ambiente não está legal.





(continuação)

## Entrevista / Ibaneis Rocha, governador

***O senhor assistiu à entrevista do ex-presidente Michel Temer no Roda Viva?***

Vi. Ele está muito bem. E está se mostrando agora o que tem sido a Lava-Jato (que prendeu Temer). Ela precisa ser corrigida. Se não, o que poderia ser o maior exemplo da República no combate à corrupção pode se tornar o maior ato de perseguição política da história do Brasil. Perseguição maior até do que na ditadura, porque na ditadura as coisas eram feitas às claras. O presidente da República mandava o nome, e o Congresso cassava. Agora, as pessoas são cassadas com utilização da Justiça, do Ministério Público e da Polícia Federal. Isso é escandaloso. Com isso, você transforma o combate à corrupção em algo muito ruim. A Lava-Jato pode criar o maior mártir da história do Brasil: Luiz Inácio Lula da Silva. Se o Supremo anular uma condenação ou colocar qualquer pecha em cima da Lava-Jato em relação à prisão do presidente Lula, ele vai ser um presidente preso injustamente. Imagine o Lula fazendo uma campanha nas ruas dizendo que foi preso injustamente.

***Com o olhar de advogado, o senhor acha que a Lava-Jato foi uma boa causa?***

O preço da democracia é atender a Constituição e as leis. Não existe ninguém que está acima da Constituição e das leis da República. E o Ministério Público se achou

acima disso. Nós apontávamos isso lá atrás. Quando eu estava na diretoria da OAB, dizíamos que os métodos da Lava-Jato não estavam corretos. Só que nós não tínhamos acesso à informação, até porque elas estão nos órgãos de controle. Tem de se corrigir, mas isso não quer dizer que os processos não possam voltar, e essas pessoas serem condenadas, mas condenadas dentro de um processo legal. Esse é o preço da democracia.

***As mensagens divulgadas deixam claro isso, que houve irregularidades?***

Mais do que claro. Imagine a situação em que um advogado e um juiz trocassem mensagens combinando a sentença ou o que deveria ser feito para colocar uma determinada investigação em xeque, que o Ministério Público estivesse conduzindo. Estavam presos o advogado e o juiz.

***Em alguma situação, como advogado, o senhor esteve tão próximo assim de um juiz?***

Não. Eu tenho relações honestas. Passei 25 anos na advocacia e sou amigo de diversos magistrados, mas não existe isso. Não existe. De maneira nenhuma.

***O senhor comentou que o secretário de Segurança Pública, Anderson Torres, ajuda na relação com a Presidência. Ele está cotado para a direção da***

***Polícia Federal. Ele fica no governo?***

Ele detém a confiança exatamente do presidente por ter sido uma pessoa correta ao longo desse tempo. Agora, posso afirmar que ele é um profissional muito correto. Posso garantir também que ele é um grande gestor da segurança pública e vai fazer muito bem à Polícia Federal, vai ajudar a oxigenar a corporação. Gostaria muito que ele continuasse como secretário ao longo de todo o governo, mas isso é um desejo pessoal.

***A segurança é uma das áreas que já deram certo em seu governo?***

Sim. Nós diminuimos quase todos os índices. “Ah, mas e a questão do feminicídio, que é o que mais aparece?”. O feminicídio não aumentou nem diminuiu. Ele apareceu, é um crime recente, que passou a ser qualificado a partir da lei e que ganhou determinada visibilidade por ser contra as mulheres e, geralmente, em situação em que elas estão sendo diminuídas dentro do seio da família. Nós estamos trabalhando muito.

***Combater o feminicídio é difícil...***

É, mas nós vamos aprender. Eu pedi para fazer pesquisa, aqui no âmbito do governo, para que possamos tomar orientação das campanhas que temos feito.





***Algo similar ao que ocorre com o suicídio? Quanto mais se fala mais se incentiva?***

Isso. Eu estou muito preocupado com essa questão até para orientar as nossas divulgações. Pedi para reunir uma equipe de psicólogos e psiquiatras para que nos orientem. É um momento em que todos nós estamos atônitos. É um crime que envolve toda a sociedade. Pedi para que as campanhas tenham a participação de todas as secretarias para que nós pudéssemos avançar pelo menos no que está dentro da nossa capacidade. Nós precisamos muito compreender o que é isso. Não consegui ninguém que conseguisse achar uma saída.

***O senhor fez uma reunião com todos os secretários esta semana, com muitas cobranças. Como foi?***

Foi uma reunião muito feliz. Olha, até o mês de julho, início de agosto, eu estava muito preocupado. Em alguns momentos, eu pensei que isso aqui não tinha jeito. Nos últimos mês e meio, dois meses, entramos em um outro ritmo. Os secretários pegaram bem qual é o espírito do governo. Está todo mundo acelerando, mas com muita tranquilidade. O segundo e o terceiro escalões começaram a entender também a mensagem. Tem muita coisa para ser quebrada que vem desde a época do (ex-governador Rogério) Rosso, talvez um pouco atrás. As políticas não são implementadas com a velocidade que a gente gostaria. Mas estão começando a chegar lá.

*"Se o Supremo anular uma condenação ou colocar qualquer pecha em cima da Lava-Jato em*

*relação à prisão do presidente Lula, ele vai ser um presidente preso injustamente. Imagine o Lula fazendo uma campanha nas ruas dizendo que foi preso injustamente"*

***Esse modelo que o senhor criou com a Secretaria de Governo e a Casa Civil deu mais liberdade para fazer política?***

Deu mais tranquilidade. Tem alguns problemas que são internos, que precisam ser resolvidos e que eu estava me desgastando muito para fazer andar. Então, hoje, converso com o Valdetário (Monteiro, chefe da Casa Civil), e ele vai cuidando dessa questão interna, principalmente no que diz respeito a licitações, contratos. Essa é uma grande reclamação que tenho. Recebi um relatório que mostra um contrato feito em 2010 e, de lá para cá, nunca mais foi licitado. É uma empresa que recebeu R\$ 500 milhões do GDF por meio da Secretaria de Saúde. Eu determinei que isso acabe. Nós temos de ter licitações regulares, em que as empresas realmente tenham preços justos. Vamos editar dois decretos para tratar daqueles pagamentos que estão em contrato de indenização.

***O que esses decretos vão prever?***

Vai haver um prazo para que seja feita licitação, mesmo que emergencial. No mesmo dia do lançamento da licitação emergencial, vai ter de se soltar a licitação regular — ou, no máximo, em 30 dias —, e eu vou responsabilizar o gestor pelos pagamentos de contratos dessa natureza. Vou regularizar todos os

contratos, mesmo que, para isso, tenhamos de mudar muito dentro da máquina.

***O senhor falou sobre a Secretaria de Saúde, é uma das áreas mais difíceis, com mais reclamações.***

***O que dá para fazer para avançar?***

Dá para fazer muito. Está sendo feito muito. A população sente isso. Existia uma estrutura com atendimento muito grande e recursos altos, mas não havia uma cultura da cobrança, e nós vamos ter de implementar isso: uma cultura de cobrança, de bom atendimento, de prestação de serviços. Nós estamos treinando servidores que vão falar com as pessoas na porta do hospital para saber como foi o atendimento, quanto tempo demorou, o que vai ser feito. Nós vamos implementar essa nova cultura. Estamos usando o instrumento que nós temos, que é o Instituto de Gestão Estratégica da Saúde do DF (Iges-DF). Ele está funcionando muito bem, mas pode melhorar muito. A partir do próximo ano, o Instituto vai passar a orientar a gestão dos hospitais públicos.

***Como se fosse uma consultoria do Instituto para os outros hospitais?***

Isso. Nós vamos começar escolhendo um deles, menor, e vamos cobrar índices, ver o que está faltando, se é medicamento, se é pessoal, e levar o modelo do Iges para dentro dos hospitais da rede pública sem interferir na gestão direta. Vai ter diretor, que vai ser público, vai ter o superintendente da regional, que vai ser público, mas nós vamos ter o acompanhamento dos





índices de gestão e monitoramento pelo instituto.

***A gestão nesses hospitais não vai ser feita diretamente por causa da polêmica que houve em relação a isso?***

Não, mas porque eu acho que não pode ser tudo privado. O que nós temos de criar é modelos.

***No início, o senhor queria implementar em mais hospitais...***

Naquele momento, era SOS. Eu precisava fazer alguma coisa em relação à saúde. Então, a vontade era pegar todos. Hoje, com esse período de governo, eu acho que dá para fazer essa experiência de pegar o que deu certo no Iges-DF e aplicar na rede pública.

***Tem alguma área que está abaixo da sua expectativa?***

Nesse período, acho que a área social foi a que mais sofreu. Eu acabei de trocar o secretário de Desenvolvimento Social justamente por isso. Não que o ex-secretário fosse ruim, mas ele não conseguiu ter gestão sobre a pasta. É uma estrutura grande, ele ficou ali e não conseguiu colocar os programas para funcionar, programas de fácil implementação, como o Pão e Leite e Mãe Crecheira. Custam muito pouco, eram um compromisso de campanha e parece que não tinham lido o meu compromisso. Então, dei um prazo de 90 dias para que sejam implementados. Outra área que tem de melhorar muito é a Educação. Tem um orçamento de R\$ 10 bilhões. Fiz uma reunião na semana passada e pedi que economizassem R\$ 500 milhões para investir em sala de aula e creche, e os servidores não sabem

de onde tirar. Então, pedi para trazerem as planilhas, e eu mesmo vou dizer onde cortar. Vão trazer, mas eu sei de onde tirar.

***De onde?***

No transporte de alunos. Tem locais em que se transporta 80% dos alunos. Então, gasta-se R\$ 180 milhões, no todo, para poder transportar os alunos, e uma escola naquela localidade custaria R\$ 4 milhões. Com três meses de transporte que se economizasse, daria para construir a escola.

***O secretário João Pedro Ferraz continua acumulando as pastas de Educação e Trabalho?***

Sim, porque estou seguro dele na Educação, mas não estou em relação ao destino da Secretaria de Trabalho. O Ministério do Trabalho foi extinto, e eu vi anunciado que o presidente Bolsonaro está pensando em fazer algumas reformulações. Então, quero aguardar um pouco para fazer algo semelhante. Preciso de alguém que nos ajude na busca por empregos, e isso não vai funcionar se não for em parceria com o governo federal.

***O senhor citou muito a busca por apoio do governo federal.***

***Como está essa relação?***

***Está próxima, melhor?***

A nossa relação com o governo federal é excelente. Somos muito bem recebidos por todos os ministros. O presidente Bolsonaro tem mostrado um carinho muito grande pelo Distrito Federal. E eu posso não concordar com muita coisa que o presidente Bolsonaro fala, e até digo que não concordo, mas ele não está falando nada que a

população não tenha ouvido ao longo da campanha. Ele está sendo sincero com os seus compromissos. Isso é muito bom, muito salutar num homem público. Ele não está traindo o eleitor dele. Vejo também muita boa vontade em acertar, só que a máquina pública é muito difícil de se movimentar, porque está toda aparelhada e, para desaparelhar, não é fácil.

***O plano de presidir o MDB nacional não avançou?***

Desde o início, eu tenho dito que não tinha nenhum projeto de ser presidente de partido. Eu fui convidado por líderes partidários — um convite que partiu do presidente José Sarney, que eu respeito muito — para tentar fazer a máquina do MDB voltar a funcionar. Eu acho que cumpri o meu papel, tanto que outras pessoas se colocaram como candidatos.

***Então, o senhor não pensa em sair do MDB?***

Eu gostei do partido. É um partido que tem aceitação muito forte no Distrito Federal, e eu vi isso nas ruas. A memória é muito forte para a população, principalmente a mais carente. A parcela que não gosta do MDB é a que está mais à esquerda e que jamais vai mudar seu pensamento. Hoje, a população não tem a visão de que o MDB é um partido corrupto. Ela entende muito bem que a corrupção foi sistêmica e ocorreu em todos os partidos.

***Foi noticiado que o senhor gostaria de assumir a Presidência do Flamengo. É verdade?***

Vieram me perguntar qual seria o meu futuro em 2022. E eu disse que





sou uma das únicas pessoas hoje na política que pode escolher o que vai fazer. Mas só vou decidir isso no fim do próximo ano. Eu vou analisar. Passadas as eleições municipais, vou fazer pesquisas, sempre trabalhei assim, e vou ver se estou bem, se a população aceitou meu trabalho. Eu quero saber qual aceitação da população em relação à política pública que estou implementando. Com o povo, você vai a qualquer lugar. Então, posso ser candidato à reeleição. E posso ser candidato ao Senado, que talvez seja a situação que eu menos queira. Tenho dificuldades com o parlamento, porque gosto de executar. Também posso voltar para o meu escritório. Falei isso, me perguntaram o que eu queria, e eu disse: “Se não ficar na política, quero ser presidente do Flamengo. Vou viver de alegrias”. Mas não é nada sério, o (Rodolfo) Landim está fazendo um excelente trabalho na Presidência do nosso time.

### ***Naquele episódio com o Vasco, pesou o coração de flamenguista?***

Ali, reconheci que errei. Eu estava ao lado de uma criança. O pai dele trabalha na administração de Ceilândia, ele tinha um sonho de ver um jogo e foi comigo no camarote. Quando terminou, ele virou para mim e disse: “Governador, vamos dar uma zoadinha no time do Vasco”. Eu pensei que era para mostrar para os colegas da escola. Não imaginei nunca que teria uma repercussão daquelas, mas deveria ter imaginado. Meu erro foi exatamente esse.

### ***Depois que vira governador tem de pensar em cada palavra, né?***

As pessoas não estão acostumadas com sinceridade. Nós vivemos uma época do politicamente correto. Eu sou um ser humano como qualquer um, que tem emoção, que tem chateação, que toma remédio para pressão, para depressão, para tudo. Eu tenho uma vida e não posso acabar com ela porque sou governador. Daqui a quatro anos, isso aqui passa, e eu voltar para a sociedade.

### ***O presidente Jair Bolsonaro, às vezes, exagera nisso, não?***

Não digo que ele exagera. Ele sempre foi assim como parlamentar, durante anos. Nunca escondeu suas convicções. Então, a população queria isso.

### ***Mas falar de cocô e o episódio com a mulher do Macron...***

Ele exagera um pouco. Como estou dizendo, não concordo com tudo. Quando ele falou da Maria do Rosário, se comparar com a história do cocô, foi muito pior. Mas não dá para reclamar que ele não seja autêntico e, talvez, o país precisasse de um presidente autêntico para saber de que lado ficar. Inclusive, de lado nenhum.

### ***Como está a relação com a Câmara Legislativa? O presidente Rafael Prudente (MDB) está conduzindo bem?***

Está muito boa. O Rafael, como

dizemos lá no Nordeste, é muito jeitoso. Ele tem suas posições e soube conduzir com muita firmeza esses primeiros meses, mesmo com uma Câmara difícil, com 18, 19 partidos. Estou muito satisfeito. Em alguns momentos, há reações que do ponto de vista da sociedade são estranhas, mas respeito.

### ***Quais reações?***

Não querer discutir a questão de redução de gastos no transporte público, por exemplo, e algumas coisas que poderiam ser mais bem debatidas. Mas do jeito que eles têm os arroubos deles, eu tenho os meus. Está tudo tranquilo.

### ***O senhor faz referência aí à questão do debate do Passe Livre Estudantil.***

### ***Continua nos planos discutir isso?***

É bom que se discuta. Eu queria que se criasse esse ambiente de debate. Nessa história de gratuidade demais, alguém está pagando a conta. Agora, por exemplo, eu absorvi R\$ 30 milhões do reajuste dado às categorias para não aumentar tarifa. Esse dinheiro está vindo de algum lugar. Nós temos de pensar nisso. Não há dinheiro para investir em mobilidade, porque tudo vai no Passe Livre, nas gratuidades e nas absorções. Se eu aumento tarifa para investir em mobilidade, todo mundo reclama. De onde vem o dinheiro? Essa é a grande pergunta que temos de fazer. Estou buscando, do nosso lado, fazer economia, mas todo mundo deveria fazer isso.